

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 24

Data 26 de Outubro de 1971 Pg.: 14

Colonização, ponto fraco da Trans-AM

José Stacchini
Enviado especial

Eram 78 os trabalhadores que saíram do Rio Grande do Sul para os núcleos de colonização agrícola da Transamazônica. Agora lá estão apenas 29, pois os demais regressaram por dois grandes motivos: inadaptação e falta de confiança no empreendimento. Dezesseis voltaram quase do imediato, nem saíram da "agrovila" e sequer foram ver a terra que lhes era destinada; outros 17 esperaram um pouco e depois, alegando que não se habituariam ao calor e à alimentação, também partiram; mais 16 decidiram depois regressar e teriam ficado se o INCRA, em vez de apenas lhes mostrar a terra, lhes tivesse entregado os títulos do posse. Sem essa garantia, não quiseram ficar. E assim restam, na primeira "agrovila", apenas 29 gauchos; a desistência dos demais foi lamentada, pois o grupo se compunha de lavradores que figuravam entre os mais experientes e mais cultos daquela comunidade embrionária. Uma autoridade, na Transamazônica, pediu aos jornalistas que fizessem críticas construtivas. Então, lá vai uma: o ponto mais fraco do empreendimento é, agora, a colonização agrícola.

O INCRA está desenvolvendo uma atividade extensa, e muito intensa, porém a obra a que se propôs — implantar a colonização agrícola numa área que até agora é mata virgem, onde nada havia antes, com gente proveniente de regiões completamente diversas situadas a milhares e milhares de quilômetros de distância — é o mesmo que pretender transformar a metafísica de Kant numa construção de pedra e cal.

Por isso, a colonização parece ser o calcanhar de Aquiles da Transamazônica. Alguns fatos

concretos comprovam essa impressão.

"CRIAR UM PINTO"

Disse um agricultor nordestino: "Vim para abrir um roçado e criar um pinto. Vou plantar macaxeira, batata, inhame, milho, feijão".

Em outras palavras: está acontecendo pura e simplesmente um transplante, para a Transamazônica, das pobres e antieconômicas plantações de mandioca, milho e feijão que são o próprio retrato do pauperismo do Nordeste e de outras regiões do Brasil. Os homens, mulheres e crianças levados para lá só sabem fazer isso, não irão fazer coisa diferente, e não por culpa deles mesmos, mas por força de uma tradição que vem de várias gerações. Nunca se lhes ensinou algo diverso, sempre trabalharam individual e pobremente, e não seria agora que iriam mudar. E, assim sendo, qual é a perspectiva para o futuro?

Quando a comitiva de jornalistas chegou à Agrovila Brasil Novo, no km 46 de quem sai de Altamira e vai para Itaituba, os veículos fizeram o contorno do conjunto, passando em frente das aproximadamente 50 casas de madeira. Então, os moradores de muitas dessas residências vieram para a varanda, observar os visitantes: em tudo e por tudo, era o mesmo panorama humano já visto nos caminhos de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Ceará.

Economicamente, então, nada mudou, exceto que antes, diante da necessidade imperiosa de deixar sua região, os nordestinos tinham duas opções fundamentais: São Paulo ou norte do Paraná. Agora, abriu-se-lhes uma terceira opção importante, a Transamazônica, com uma vantagem para eles: tudo pago.

QUATRO HECTARES

Minifúndio lá, minifúndio cá. O sistema individual e de pura lavoura de subsistência continuará. O INCRA outorga a cada família lotes de 100 hectares, dos quais 50 não poderão sofrer derrubada, de acordo com o Código Florestal. Da área cultivável, o INCRA somente entrega 4 hectares sem mata, e é ali que o plantio vai começando. No futuro, se o lavrador puder ou quiser, ele mesmo terá de derrubar os demais 46 hectares de mata.

Dos postos de recrutamento do INCRA que funcionam em diversos Estados, os lavradores são conduzidos às agrovilas. Entre Altamira e Itaituba haverá, de imediato, três desses núcleos: um já implantado no km 46, com 48 casas; outro no km 55, com 60 casas, e um terceiro no km 70, com 48 residências.

A viagem, com alimentação, é paga pelo INCRA. Quando chegam, recebem um lote, ferramentas e mantimento. Uma família de 3 pessoas, por exemplo, está retirando, semanalmente, 10 quilos de arroz, feijão, uma lata de leite-empó, dois quilos de carne seca, uma lata de azeite, sal e — quando há — bolacha. Frutas e verdura simplesmente não há. Depois de algum tempo, rece-

bem a casa: de madeira, bem coberta. Latrina no fundo do quintal, a tradicional "casinha". O piso a mais de meio metro do solo, numa previsão das torrenciais chuvas de seis meses consecutivos. As tabuas, talvez na pressa da construção, não foram bem rejuntadas, e as frestas do assoalho mostram a terra lá embaixo.

"PERÍODO DE CARENCIA"

Cada chefe de família está recebendo, por mês, 170 cruzeiros, do INCRA, além do material todo já mencionado. Informa um funcionário que esse pagamento durará por seis meses, o denominado "período de carencia". E que, depois, a alimentação correrá por conta dos lavradores e será também cancelado o pagamento.

Desse modo, um julgamento do trabalho de colonização nesta fase inicial encontrará melhor base quando findar esse "período de carencia". Se até lá as lavouras estiverem prosperas, houver mercado e consumo para a produção e os colonos estiverem em condições de dispensar o rancho e os 170 cruzeiros mensais, então terá ocorrido o mal menor: minifúndio, rustica lavoura de subsistência, mas sem maiores problemas.

Porém, se essas condições ideais não se apresentarem, e o INCRA se vir na contingência de continuar subsidiando tudo, pagamento mensal, alimentação, ferramentas — então haverá a perspectiva de manutenção, por tempo indefinido, de uma situação antieconômica.

Cabe, então, uma pergunta: valeria a pena continuar subsidiando uma dispendiosa copia da miséria nordestina?

SEM INDEPENDÊNCIA

Além de antieconômica, seria uma situação anti-social também, pois os colonos, embora bem alimentados, não teriam mais aquela condição de homens independentes que é o seu apanágio. No Nordeste, são pobres mas não devem favor a ninguém.

Acrescente-se, a esse quadro, o período de seis meses de chuva constante e torrencial que está para começar, e ter-se-á um quadro aproximado dos dados reais na problemática da colonização na Transamazônica.

A POSSE

Ninguém ainda, na Agrovila Brasil Novo, recebeu o correspondente título de posse da terra. Por não o terem recebido, colonos gauchos retornaram a seus pagos. Os nordestinos se queixam, mas permanecem. E então seria o caso de perguntar: não seria o rancho semanal, não seria o salário mensal, o vínculo real que os retém na Amazonia?

Mas a colonização da Transamazônica está apenas em seus primórdios. Os aspectos mais ostensivamente negativos aí estão expostos, com animo construtivo, e podem ser sanados a tempo. De qualquer modo, ao futuro pertence a última palavra.

Conclusão de uma série de três reportagens sobre a Transamazônica.